

Resistência e assimilação colonial na prosa goesa do século XIX

Joana Passos

Este artigo descreve de uma forma sucinta as revistas literárias em língua portuguesa que apareceram em Goa pela segunda metade do século XIX, atribuindo-lhes o mérito de tentar formar um público com hábitos de leitura laica e com curiosidade por uma literatura popular e amena. Estes jornais literários, como eram então designados, tendiam a ser projectos efémeros com uma orientação lusófila e conservadora. Neste mesmo período aparece também o primeiro romance goês em língua portuguesa: *Os brâmanes* (1866), escrito por Francisco Luís Gomes. É um romance que inscreve uma forte e clara crítica ao colonialismo e às ideias racistas que o suportam. Por fim, neste universo local, onde apesar do liberalismo de algumas revistas e da subtilidade de Francisco Luís Gomes o conformismo pesa muito mais do que a nota discordante, o texto de Francisco João da Costa, *Jacob e Dulce* (1896, 1907, 1974) sobressai pela sua frontalidade, pela sua desconcertante ironia, e pela defesa de uma “desassimilação,” isto é, da necessidade de inverter a tendência para imitar Portugal. A discussão destas várias obras permite desenhar um percurso de resistência na afirmação da literatura indo-portuguesa, para além da mais comum promoção de discursos coloniais.

As raízes de uma literatura indo-portuguesa incluem vários autores dos séculos XVI, XVII e XVIII cujos textos são adequadamente descritos como literatura religiosa ou como crónicas históricas relativas à organização da rede colonial portuguesa. A título de exemplo, recordemos que no seu estudo *A literatura*

indo-portuguesa (1971), Vimala Devi e Manuel de Seabra referem uma lista de autores do século xvi que apresentam como os primeiros autores indo-portugueses (101-129). Alguns dos nomes referidos são António Galvão (?-1557), Baltasar da Costa (1538-1580), Belchior de Figueiredo (1529-1607) ou Jorge de Lemos (?-1593). Concorde que estes autores podem definir um ponto de partida, como precursores de uma literatura indo-portuguesa, mas gostaria de chamar a atenção para dois pontos a ter em conta: em primeiro lugar, tanto António Galvão como Baltasar da Costa seriam mais adequadamente estudados como autores de crónicas de viagens, na medida em que não escrevem fundamentalmente sobre Goa mas antes sobre diversas partes do império. Ambos os autores compilavam informações variadas em função das quais se tecia a articulação administrativa e a tomada de decisões por parte das autoridades portuguesas, quer a realza quer as hierarquias religiosas. Belchior de Figueiredo escreve sobre as actividades da companhia de Jesus na China e no Japão. António Galvão é o autor do livro com o longo título *Tratado que compôs o nobre & notável capitão António Galvão, dos diuersos & desuayrados caminhos, por onde nos tempos passados a pimenta & especearia veyo da Índia às nossas partes, & assi de todos os descobrimentos antigos e modernos, que são feitos ate a era de mil & quinhentos & cinquenta. Com os nomes particulares das pessoas que os fizeram: & em que tempos & as suas alturas, obra certo muy notável e copiosa* (Lisboa, 1563).

Tomei estes dois autores como exemplo ilustrativo do padrão de escritas laicas que então se publicavam. São textos sobre a vida e cultura indo-portuguesa? Em parte. São autores goeses? Devi e Seabra assim o alegam visto que todos os autores referidos são naturais de Goa. Mas definimos uma literatura pelo local de nascimento de um autor? Creio que uma literatura só existe em interacção com um público leitor. Quem lia estes trabalhos? As autoridades portuguesas? Sem refutar o lugar destes autores como precursores de uma literatura local, dado que também escreveram sobre Goa e foram os primeiros a representá-la, a verdade é que será preciso trabalhar com mais rigor a recuperação destes textos e autores. Creio que na verdade fazem parte de um todo mais amplo, que são as ramificações de uma literatura portuguesa relativa ao império. Paralelamente, do ponto de vista de género literário, nenhum destes textos se enquadra na literatura que procuramos (ficção e poesia), embora seja de sublinhar a extrema elegância e erudição destes autores. Poucas descrições da fauna e flora locais terão hoje em dia esta poesia, e poucos ensaios históricos se

comparam às cativantes e vivas narrativas destes cronistas. É por isso evidente que os autores acima referidos não terão apenas interesse histórico, mas a sua obra não significa a emergência de uma literatura local: são casos mais isolados, de recolha de informações para um fim concreto. Não são estes casos o objecto deste estudo. Começemos por concluir então que os autores dos séculos XVI, XVII e XVIII podem ser considerados precursores ou fundadores de uma literatura goesa, mas não representam um sistema literário, nem na sua fase mais inicial. Para afirmar a existência de um tal sistema em Goa (incluindo as publicações em Damão e Diu), torna-se necessário encontrar uma certa pluralidade de vozes e alguma regularidade em termos de publicações. Frequentemente, a articulação destes dois factores manifesta-se por um movimento literário em torno de um jornal, revista ou suplemento literário, que se afirmam junto do público, tornando-se encorajamento e referência para futuras gerações. Tendo em conta o necessário aparecimento destas circunstâncias teremos de esperar três séculos, até ao século XIX, para encontrar as condições que realmente consolidaram uma literatura indo-portuguesa, ainda frágil e insegura, mas com uma presença social visível e coerente, ligada à moda dos almanaques e jornais literários. Foram estas as primeiras publicações a procurar formar um público com gosto pela prosa, pela poesia e até pelo jornalismo.

E porquê só no século XIX? No caso de Goa vários factores nos auxiliam a encontrar uma resposta. Um dos mais significantes terá sido a falta de um sistema educativo laico, independente das ordens religiosas, que promovesse o gosto pelas letras. Primeiro os Jesuítas, e, depois da expulsão destes, as ordens dos Franciscanos e Dominicanos foram os principais responsáveis pela educação da população masculina de Goa (por sua vez, o convento de Santa Mónica e algumas das escolas paroquiais responsabilizavam-se pela educação das meninas, mas para estas não se pretendia mais do que uma educação básica em termos académicos). Em segundo lugar, tomemos em conta o apertado controlo da inquisição (que embora adormecida só foi formalmente extinta em Goa pela rainha D. Maria Pia, em 1812) e por fim os reduzidos índices de alfabetização em língua portuguesa na Índia. O ensino tornou-se mais organizado e abrangente no século XIX, e o público Goês aderiu bem à circulação da imprensa.

A aceitação e respeitabilidade dos primeiros jornais literários de Goa negociou-se pela declarada intenção de divulgar o que se passava e lia na Europa. Outra estratégia que serviu a divulgação de alguma ficção e poesia foi associar-se um sector literário a publicações de respeitável carácter científico como era

o caso do Boletim do Instituto Vasco da Gama cuja primeira série se publica já no final do século XIX, de 1872 a 1875.

Para descobrir as referências dos autores publicados e textos impressos neste pequeno território nos séculos XVI, XVII e XVIII, tomei como referências os trabalhos de Ismael Gracias (1880), Brito Aranha (1882) e P. Pissulencar (1956). O primeiro produto desta abordagem foi o confronto com o poder da igreja subjacente à breve lista de textos impressos em Goa no século XVI: *Cathecismo da doutrina christã* (1557); *Compendio espiritual* (1561); *Colloquios dos simples e drogas medicinaes compostos pelo doutor Garcia da Orta* (1565); *Primeiro concílio providencial celebrado em Goa* (1565). As referências bibliográficas relativas séculos XVI e XVIII não são muito diferentes. Salvo raras excepções, como os ensaios de Garcia da Orta, a grande maioria dos textos publicados é de índole religiosa.

Só no século XIX surge um outro tipo de imprensa, que permitiu a alguns escritores locais ver o seu texto escrito. Fundamental para compreender o desenvolvimento da imprensa local em Goa é o ensaio de António Maria da Cunha, director de *O Herald*, um dos mais importantes jornais de Goa (e o primeiro a tornar-se diário em 1900). No seu meticuloso estudo de 1923, intitulado *A evolução do jornalismo na Índia portuguesa*, António Maria da Cunha afirma que antes do século XIX não havia imprensa portuguesa a circular na Índia, o que explica a falta de um público leitor e a ausência de um espaço de experimentação e aperfeiçoamento para as vocações locais que poderiam ter surgido.

Segundo António Maria da Cunha, a primeira imprensa que se estabeleceu em Goa sem estar dependente de um dos colégios religiosos foi comprada em Bombaim, em 1821, com o objectivo de imprimir panfletos para divulgar as leis e regras administrativas que regiam esse território. Vinte anos mais tarde, cerca de 1840, já circulavam vários jornais, a maior parte deles mensais, embora existissem alguns semanários e algumas publicações periódicas que saíam quinzenalmente. De facto, o número de jornais goeses (mais de quarenta, com as publicações de Damão e Diu, segundo o estudo de António Maria da Cunha) em português, inglês, marata e concaním é surpreendente, sobretudo se tivermos em conta que poucas pessoas podiam ler, escrever e comprar jornais. Como acima disse, só em 1900 apareceram os primeiros periódicos e nesse mesmo ano abriu a primeira livraria, a casa Luso-francesa. O sistema de distribuição dos jornais era feito pelo correio, por subscrição.

A imprensa de meados do século XIX era sobretudo política e reflectia os interesses de diversos sectores da população, opondo diferentes castas aristo-

críticas ao grupo dos luso-descendentes. Estes últimos acabavam por funcionar eles próprios como uma casta uma vez que as castas tendem a praticar endogamia, o que implica pouca ou nenhuma miscigenação de casta para casta (embora fosse, e seja, bem visto uma jovem casar acima da sua condição, passando assim a pertencer à casta do marido). Desde a chegada dos portugueses que os luso-descendentes se associavam aos reinóis (“vindos do reino,” nascidos em Portugal) para usufruírem de vários privilégios, conseguindo carreiras administrativas ou promoções dentro da hierarquia do exército da Índia. Acontece que brâmanes e chardós, duas poderosas castas, não aceitavam ficar afastados de determinadas carreiras e privilégios. Algumas famílias tinham-se convertido ao catolicismo e investiram no estudo da língua portuguesa e em habilitações académicas para seguir determinadas carreiras liberais de forma a conseguir uma posição confortável nesta sociedade colonial, e alguns goeses tiveram inclusivamente brilhantes carreiras na metrópole como médicos, advogados, deputados e governadores civis.

No pequeno mundo de rivalidades de Goa a imprensa reflectia ânimos exaltados e ressentimentos entre os diferentes grupos sociais. Consequentemente, o comentário político era frequentemente pessoal e directo, substituindo uma sólida e criteriosa análise. Por outro lado, uma parte das notícias destes jornais (várias “miscelâneas” da imprensa luso-indiana podem ser consultadas na Biblioteca Nacional em Lisboa) revela um forte investimento na divulgação de notícias internacionais, quer de Portugal e da Europa, quer de Bombaim (claramente o centro de toda a vida cultural e política da região do Concão, a costa ocidental do sul da Índia). Esta componente dos jornais revela-nos um público curioso e com pretensões muito cosmopolitas.

Para além da imprensa comum, os círculos de jovens autores goeses procuraram criar um espaço literário onde pudessem divulgar as suas obras e apurar o estilo: surgiu assim uma “epidemia” de jornais literários, a maior parte deles frívolos e efémeros, mas que ficam na história como os legítimos representantes de uma fase inicial da literatura indo-portuguesa.

No meu trabalho com a literatura escrita por autores goeses procuro encontrar várias linhas temáticas que revelem os valores e as ideologias que circulavam na sociedade local para, a partir da análise desta herança literária, reconstituir os discursos de aceitação e promoção do regime colonial; a imagem que os goeses tinham de Portugal e a forma como viam a sua relação com a Índia. Por outro lado, também procuro reconstituir as estratégias de auto-afirmação de uma cultura local como forma de resistência à assimila-

ção lusófila, sendo que esta resistência já é quase uma forma de consciência pós-colonial: falta-lhe apenas, durante o século XIX, planejar um futuro sem um regime colonial, canalizando esta visão para um discurso de militância política.¹ Sendo assim, pensamos a abordagem crítica ao texto escrito tendo em linha de conta a influência da história, da política e do colonial encontro de culturas para ler, através da literatura da época, as ideologias dominantes, o conjunto de valores instituído e as vozes dissonantes que procuravam outras formas de identidade colectiva/nacional.

A noção de literatura que subjaz a este estudo é flexível, e considera que o conto popular, as juvenis narrativas de aventuras, o gótico e até os romanescos folhetins têm pontos de contacto com uma literatura mais intelectualizada. Na verdade, os referidos subgéneros constituem um arquivo de saberes que revelam o gosto popular de uma época, as ideologias que então eram dominantes, e os hábitos de leitura que assim podemos reconstituir.

Na segunda metade de oitocentos, a moda dos “feuilletons”² estava completamente instituída em Portugal e por toda a Europa, seguindo a original iniciativa dos jornais franceses do século XVIII. Goa não foi excepção, e a par da poesia, os folhetins foram acolhidos pelo público com muito carinho. Tanto a imprensa comum como os jornais literários aderiram ao género. Num outro artigo³ analisei com mais detalhe os folhetins dos dois jornais literários concluindo que serviam a promoção de uma ideologia colonial e lusofilia, muitas vezes inculcada através de um discurso patriarcal que advoga a necessidade de controlar a ordem social.

Vimala Devi e Manuel de Seabra no seu estudo *A literatura indo-portuguesa* (142-43), dizem, a respeito do *Gabinete literário das Fontainhas*, que “fez escola” (142), e da *Ilustração goana* que “foi talvez a revista literária que maior influência teve na vida cultural do país” (143). Estes comentários vieram confirmar aquilo que havia observado na Biblioteca Nacional de Portugal, pois ambas as publicações representam projectos sérios e com valor, apesar dos seus limites culturais e in experiência. O *Gabinete literário das Fontainhas* (1846-1848) era um “mensário,” tal como a *Ilustração goana* (1864-1866). Enquanto que o *Gabinete literário das Fontainhas* se dedicava principalmente à história, a *Ilustração goana* tinha uma vocação mais literária, publicando sobretudo ficção, ensaio e poesia, mas também incluía artigos sobre invenções e química,⁴ lado a lado com as leves e animadas “crónicas do mez” e algumas biografias dos mais distintos goeses.

Nos vinte anos que separam a publicação do *Gabinete literário das Fon-*

tainhas da *Ilustração goana*, de 1848 a 1864 nota-se uma mudança na escrita dos autores goeses. Os colaboradores da *Ilustração goana* investem numa mais nítida “territorialização” da literatura goesa (Noa), observando a vida local como digna fonte de inspiração. A “territorialização” de uma literatura é sinal de uma crescente autonomia estética, marca reconhecida e fundamental na afirmação de literaturas emergentes (Bassnett 124), sobretudo no caso daquelas que se formaram a partir de um contexto colonial. De facto, enquanto os autores de uma dada literatura local não cortarem com a cultura colonizadora como modelo de excelência literária, libertando-se da dependência de referências estéticas europeias como padrão a imitar, não se verifica a expressão de uma cultura própria, nem se pode escrever com inovação e criatividade. Por outro lado, a metrópole colonial dificilmente reconhecia mérito ao autor local que tenta imitar um autor consolidado no seio de própria cultura. Além de uma notável preocupação em representar a vida quotidiana de Goa na sua ficção, a *Ilustração goana* manifesta também mais interesse pelas literaturas europeias⁵ em geral, sendo uma revista mais cosmopolita.

Apesar desta crescente afirmação de uma literatura local com características próprias, a evolução apontada a estes jornais literários não significa que questionem necessariamente o regime colonial. Ao contrário do que se poderia esperar, na realidade trata-se de uma literatura conservadora, que contribui para a perpetuação das hierarquias sociais dominantes, reforçando valores católicos e patriarcais. Apesar desse carácter conservador do ponto de vista ideológico, em termos da legado cultural e de impacto junto do público estas revistas têm imenso valor. Creio que só faremos justiça à coragem que foi necessária para empreender estes projectos se atentarmos na natureza dos seus mais directos rivais: os populares *Almanachs* anuais que publicavam informações agrícolas e instruções pecuárias.

Ao contrário das conservadoras ficção e poesia publicadas na *Ilustração goana*, a linha editorial da revista é bastante comprometida com a valorização da cultura e identidade goesas, sendo de realçar a secção dedicada à biografia de goeses ilustres, gesto que demarca uma identidade goesa em relação aos feitos dos portugueses: também Goa tem os seus heróis. Mais polémico será o facto de os colaboradores da revista terem escolhido celebrar na primeira biografia⁶ a figura de Bernardo Peres da Silva, membro liberal da Assembleia Portuguesa, sendo que liberal nesta época significa concordar com reformas políticas que cedam mais poder ao cidadão, e lhe permitam reagir a abusos de poder. Outra das bandeiras do liberalismo é a promoção de direitos humanos,

protegendo sectores da população mais expostos à miséria e ao abuso. Num contexto colonial, estas linhas de acção política podem ser encaradas como revolucionárias. Por outro lado, e voltando ao ponto anterior, Bernardo Peres da Silva acabou por ser o primeiro goês a ocupar o cargo de governador-geral (1835), se bem que duas semanas após a tomada de posse do cargo, o Exército da Índia, agindo em função da defesa dos interesses de um dado grupo social (os descendentes), deportou Bernardo Peres da Silva, que se exilou em Bombaim por algum tempo. Nas páginas da *Ilustração goana*, Bernardo Peres da Silva é aclamado como modelo e herói, vergonhosamente injustiçado. Tendo em conta estes acontecimentos históricos e as rivalidades sociais dentro da sociedade goesa, é realmente um gesto muito provocatório por parte dos colaboradores da *Ilustração goana* celebrar Bernardo Peres da Silva no número inaugural. Outro detalhe interessante, e que revela a continuidade de uma linha editorial claramente liberal é que um dos escritores a ser abordado neste artigo, Francisco Luís Gomes (também ele deputado liberal na assembleia portuguesa) é a individualidade homenageada no último número da *Ilustração goana*, em 1866.

Francisco Luís Gomes (1829-1869) teria precisamente vinte anos no momento em que se publicaram os últimos números do *Gabinete literário das Fontainhas*⁷ e morreria três anos depois do último número da *Ilustração goana*. Uma quarta voz neste coro que marca a consolidação de uma literatura indo-portuguesa no século XIX é o jornal *O Ultramar*, publicado entre 1859 e 1936, um dos mais acutilantes intervenientes na vida política de Goa. Francisco Luís Gomes publicou vários artigos nas páginas deste jornal as quais revelam o polido político, o sagaz economista e o elegante escritor.

Francisco Luís Gomes escreveu ainda em outros jornais de Goa como por exemplo o *Defensor da Verdade* e o *Boletim Oficial*. Foi, durante vários anos, membro da Assembleia Portuguesa, sendo o deputado que representava o distrito de Margão, e mais tarde o de Bardez. Foi eleito pela primeira vez em 1860, pelo partido dos Regeneradores, um partido liberal. Uma selecção dos seus trabalhos foi traduzida para inglês e publicada pela União Goesa, associação com intuítos independentistas, em 1928. Na altura, a universidade de Bombaim instituiu uma bolsa de estudos em seu nome e nesse mesmo ano, a propósito da celebração do centenário do seu nascimento, o prof. Armando Menezes foi escolhido pela comissão organizadora para traduzir para inglês a antologia acima referida, que inclui, na íntegra, o romance *Os brahmanes* (1866),⁸ texto que iremos aqui analisar.

Na sua versão portuguesa, *Os brahmanes* foi publicado juntamente com uma carta na qual o autor declara:

O livro que ofereço a v. ex.a é uma collecção de artigos escriptos a lápis e em tudo semelhantes a esses que eu enviava, da comarca dos deputados para a typografia da Gazeta, e que v. ex. a. tinha o incómodo de illuminar. O romance, digo-o aqui em segredo, é apenas a forma, o disfarce com que pretendo introduzil-o nas estantes, o obter-lhe pousada mais longa do que é costume conceder aos jornaes, que aos primeiros raios de sol se derramam por toda a parte, mas que em nenhuma ficam de assento mais de vinte e quatro horas... .

(“vi,” carta do autor publicada juntamente com a edição original em língua portuguesa, 1866). (Gomes)

Nestas linhas, Francisco Luís Gomes assume um intento de intervenção ideológica e política na escrita do romance *Os brahmanes*, o que nos interessa para fundamentar a nossa leitura e reforçar as respectivas conclusões. Neste caso, a ficção é, portanto, um projecto em continuidade com o seu trabalho e as suas convicções como deputado. Por isso, não surpreende que *Os brahmanes* seja o único caso de ficção no conjunto das obras escritas por Francisco Luís Gomes. Escrever um romance trata-se mais de uma questão de estratégia do que do expressar de uma tendência criativa.

Os brahmanes é também, praticamente, o único romance goês do século XIX (estou a considerar apenas o universo da língua portuguesa neste estudo) juntamente com *Jacob e Dulce* (1896) de Francisco João Costa, que em termos de forma não chega a ser um romance. O terceiro candidato a este estatuto é a narrativa *Os maratás* de Leopoldo Dias (1894) que não está no mesmo nível de escrita, sendo um texto obscuro, bem menos conseguido.

Apesar de não ser principalmente um escritor, Francisco Luís Gomes é, até pela cultura que tinha, muito mais eficaz e convincente do que qualquer um dos colaboradores das referidas revistas literárias. É verdade que o final do romance é abrupto e deixa soltos alguns fios secundários da narrativa, mas Francisco Luís Gomes constrói personagens credíveis, um enredo cheio de “suspense” e uma temática bem cativante dentro dos padrões românticos em voga. A característica mais notável da escrita diz respeito às descrições. É um texto muito visual, facilmente adaptável ao cinema, pois o cuidado na construção do cenário cria um efeito muito vivo no leitor, acrescentando verosimilhança às cenas que nele decorrem.

A acção do romance *Os brahmanes* (1866) decorre na Índia Inglesa, na plantação de uma família irlandesa onde vive um tio acamado e moribundo com o seu sobrinho, Robert, o herdeiro da plantação. Este herdeiro, urbano e “bon vivant,” nunca gostou da Índia, e sente-se isolado na plantação, longe de distrações e de contacto humano que lhe seja agradável. Uma das pessoas com quem convive diariamente é o brâmane Magnod, o seu secretário privado. Enquanto que o velho tio reconhecia o eficiente trabalho de Magnod, depositando nele inteira confiança e tratando-o com consideração, Robert não atribui nenhum valor especial aos seus serviços e lealdade, e sente-se profundamente vexado com o orgulho de casta que o Brâmane assume.

Revoltado com a sua situação, “acorrentado” à Índia por dívidas de jogo que o tornaram dependente desta herança,⁹ Robert sempre recusou estudar os hábitos indianos ou compreender os costumes da sociedade em que vive. Por isso confunde o orgulho de Magnod com uma afronta pessoal.

Certo dia durante um jantar com dois amigos ingleses, Robert manda chamar Magnod. Pouco depois, a desastrada resposta do criado encarregado de chamar Magnod sugere que ele simplesmente não quer vir. O desconforto de Robert com a altivez do brâmane leva-o a sentir-se insultado perante os seus convidados. Em fúria, ordena que tragam o secretário à sua presença em quaisquer circunstâncias e assim Magnod é trazido em braços, profundamente ofendido. Não encontrando sinais de um pedido de desculpas por parte do Brâmane, Robert atira-lhe à cara o prato do seu jantar. A lívida face do brâmane e o seu estado catatónico confundem-no ainda mais. Robert não compreende o que fez. É um dos convidados, um velho juiz, que lhe explica que um brâmane não pode ser tocado pelas poluídas mãos dos criados, que são de uma casta inferior, e que a carne de vaca que Robert jantava é “tabu” para Magnod (*Os brahmanes* 9-12; ch. 4).

Com estas cenas iniciais, Francisco Luís Gomes pretende criar a estrutura para o futuro enredo do seu romance, que basicamente vive do ódio mortal que irá opor Magnod a Robert. Simultaneamente, com esta cena, o autor critica a atitude daqueles colonizadores que nem se esforçam por compreender a sociedade em que vivem, o que leva a cenas tão deploráveis como esta. Inteligentemente, Francisco Luís Gomes introduz a ideia do bom colonizador e do mau colonizador, para, de momento, parecer concordar com o regime colonial desde que seja, digamos, um colonialismo “iluminado,” que reconhece o valor de serviços bem prestados e se interessa por aprender outras filosofias de vida, adaptando-se a elas.

De acordo com valores católicos (por isso temos de ter por herói um irlandês), Robert procura demonstrar o seu arrependimento e reparar a ofensa. Com essa intenção dirige-se no dia seguinte à casa do brâmane. Aí, numa das mais melodramáticas cenas, Robert depara-se com o cadáver da esposa de Magnod, que se havia enforcado ao saber que o brâmane havia abandonado a sua família por se considerar poluído e indigno. Sob os pés do cadáver suspenso dormem duas crianças sujas e exaustas: um menino e uma menina. Robert encontra neles a medida da retribuição que deve a Magnod e encarrega-se da educação dos órfãos que manda para junto da sua filha Helen, para que os três recebam a mesma educação inglesa. No momento em que Robert assume responsabilidade pelos dois órfãos hindus, assume-a juntamente com Frei Francisco, personagem que representa pela sua piedade e simplicidade o expoente máximo da fé católica. Também Frei Francisco serve de contraponto a uma igreja venal, ávida de poder e perversa na sua vaidade. Várias vezes Francisco Luís Gomes comenta explicitamente como Frei Francisco é o verdadeiro modelo de santidade que a igreja deve seguir, afastando-se de disputas mundanas. Tomemos esta temática como outro dos fios da trama do romance, equiparável ao ódio de Magnod por Robert.

Depois de abandonar a plantação, Magnod embrenha-se na selva, decidido a não ter contacto humano, num transe de ódio. É então que é recrutado por uma seita de adoradores da deusa Kali, a deusa da morte. Com o auxílio desta seita, Magnod assume uma nova identidade e torna-se um bem-sucedido comerciante e agiota. Quando se considera suficientemente forte e poderoso, muda-se de novo para a cidade onde vivia e compra as dívidas de jogo de Robert. Nesta altura, o velho tio acamado morre. Como Magnod havia roubado o testamento antes de abandonar a plantação, a fortuna vai para Richard, o filho de um outro sobrinho, deixando Robert arruinado e dependente da boa vontade do jovem para não ir para a prisão. A falta de recursos implica também o súbito regresso dos três jovens, a sua filha Helen e os hindus Emily e Thomas, agora com dezassete anos, à Índia.

Para a jovem inglesa e os seus dois amigos hindus, que sempre tinham vivido em perfeita harmonia, o regresso à Índia e a ida a um baile da sociedade colonial inglesa significam uma brutal tomada de consciência em relação ao racismo, suas manifestações e as súbitas barreiras que estes preconceitos criam entre eles. Só então Thomas e Emily, os filhos de Magnod, percebem que são “coloured” e o que isso significa (89-93; ch. 4). Esta revelação é particularmente penosa para o hindu Thomas que nutre um secreto amor pela jovem inglesa.

Francisco Luís Gomes cria uma trama que contrapõe dois pretendentes à mão de Helen: “coloured” Thomas, sincero e com carácter, e o (branco) Richard, que seduz e abandona Emily, deixando-a grávida e desonrada. Acontece que Robert pretende que sua filha Helen case com Richard, para assim consolidar o seu controlo indirecto da herança. Logo, por razões económicas e por noções racistas, a mão de Helen nunca pode ser concedida a Thomas. A ironia é que, como o leitor vem a descobrir ao longo do romance, Thomas é o pretendente certo. Tendo em conta esta vertente do enredo, é muito clara a mensagem anti-racista do romance.

Francisco Luís Gomes vai equilibrando o confronto do leitor com esta questionação de um dos princípios que legitimavam o colonialismo (ou seja, o racismo) com críticas ao despotismo das aristocracias hindus, referidas como formas de poder “igualmente” desadequadas. O que falta, tanto ao colonialismo britânico como aos rajás é um projecto de reforma social baseado na fraternidade, com o objectivo de melhorar as condições de vida de toda a população, ou seja, falta-lhes um governo liberal. Curiosamente, a única personagem que assume esta postura perante a vida é Frei Francisco para quem todas as raças e castas são iguais. Na sua piedade, Frei Francisco torna-se um símbolo ambíguo, de santidade, mas também da fraternidade e da igualdade entre os homens, o que equivale a dizer que Frei Francisco é um modelo tanto católico como liberal, materializando a adequação do espírito liberal a um país católico (como Portugal). O subtil Francisco Luís Gomes deveria ser realmente um bom político.

O texto denota também um sentimento de desconforto com o orgulho dos brâmanes, que acaba por ser um racismo de casta socialmente tão agressivo como o racismo dos ingleses em relação aos hindus. Por fim, o deslocamento de toda a acção para a Índia britânica pode ser entendido como uma forma de evitar criticar directamente o colonialismo português, mas se o princípio é o mesmo, as desigualdades serão igualmente criticáveis nas duas sociedades: “Dizem que a lei de Christo rege a civilização europeia. Mentira. Illumina-lhe as entranhas. A Europa pesa sobre a Asia e a America, e todas pesam sobre a pobre Africa. Não há barões nas nações, mas há nações barões. Eis ahi a diferença entre a idade media e o século xix” (219).

O enredo deste romance serve assim para demonstrar como o projecto da colonização europeia não pode ser justificado pelas suas intenções civilizadoras, nem pode ser moralmente aceite à luz da evolução que a humanidade já devia viver no século xix. Mais, a Europa é acusada de hipocrisia pela distân-

cia entre os valores que diz defender e aquilo que realmente faz. E efectivamente, num dos últimos capítulos, Francisco Luís Gomes é surpreendentemente frontal: “Em 1857, deve expirar a dominação inglesa, como em outro 57 ella principalmente se consolidava. Deve haver um Plassey Índio como houve um Europeu” (299). É uma única frase no romance inteiro, mas está lá, juntamente com a forte crítica ao racismo, a condenação do racismo entre castas, e a clara defesa da separação entre o poder político e o poder religioso. Se tomarmos em conta esta carga ideológico temos que concluir que estamos perante um texto muito audacioso e crítico, sem precedentes na conservadora literatura goesa em língua portuguesa.

A voz resistente de Francisco Luís Gomes só encontra eco trinta anos mais tarde, com Francisco João da Costa, também conhecido sob o pseudónimo de Gip, que se tornaria no autor do maior best-seller de Goa, de todos os tempos: *Jacob e Dulce*. Na altura da primeira edição, em 1896, a obra *Jacob e Dulce* foi imediatamente traduzida para concani, a língua local, o que lhe garantiu uma grande e imediata popularidade entre os goeses. Tal como Francisco Luís Gomes, Gip foi um polémico colunista do *O Ultramar*, e ambos são escritores comprometidos com a promoção de uma certa resistência à situação colonial de Goa. O que os distingue é que Gip critica directamente o mundo indo-português, acusando-o de preguiça, vaidade, ignorância e superficialidade.

Já no seu papel de jornalista, a principal característica de Gip era a sua caustica ironia, o seu riso subversivo e inteligente. Faz-nos lembrar Gil Vicente e os seus autos, ou essa veia mordaz das “cantigas de escárnio e mal-dizer” da literatura medieval portuguesa. Francisco João da Costa escreve como um caricaturista desenha, em traços rápidos e incisivos, exagerando aquilo que pode usar para expor ao ridículo o seu alvo.

Na sua revisão crítica à primeira edição, o escritor brasileiro Visconde de Tawney (1843-1899), critica a Gip a falta de descrições, algumas páginas mais rudes e a falta de personagens positivas como contraponto a uma visão tão crítica da sociedade goesa. Concordaria com o dito crítico se avaliarmos *Jacob e Dulce* pelos padrões do romance que esta narrativa não é. Muito pelo contrário, inicialmente publicado em série, *Jacob e Dulce* é constituído por um conjunto de pequenas cenas, com continuidade entre elas em termos de enredo, mas que não almejam maior densidade narrativa do que esboçar padrões de comportamento típicos na sociedade indo-portuguesa. Ao expor e criticar a mentalidade goesa, Francisco João da Costa tenta demonstrar atra-

vés do ridículo como é urgente reformar esta sociedade, levando os goeses a tomarem consciência do que está errado na sua forma de estar na vida.

Consideremos alguns exemplos retirados do texto. Várias cenas tratam a educação desorganizada, sem disciplina e sem rigor que é proporcionada a *Jacob*, à sua irmã Florinda ou a Dulce, sua futura noiva. Esta juventude não é educada para outra coisa que não seja manter as aparências, distrair-se com a maledicência relativa à vida alheia e satisfazer as suas vaidades sociais como forma de afirmação. Ninguém aqui tem objectivos ou projecto de vida. Como seria de esperar, nenhuma destas superficiais famílias é abastada. A sobreposição de estreiteza de horizontes com o desprezo pela pobreza, condição parcialmente vivida mas nunca é assumida, gera personagens inseguras e mesquinhas, que vivem de rancores eternos causados por pequenas coisas.

De acordo com o retrato que se constrói ao longo dos vários episódios da obra, os descendentes de nobres famílias goesas são então herdeiros de algumas pequenas propriedades rurais e acham que, na posse de títulos e destes magros rendimentos, não têm de investir mais nada na definição de um projecto de vida. Nunca lhes foi inculcada curiosidade académica, nem gosto por tentar deixar obra feita. Para as mulheres, o que se tem de fazer é construir a imagem certa, espalhar as informações convenientes, e esperar arranjar-lhes um bom partido para casar. Para os jovens como *Jacob*, as relações da família com o clero e outras famílias bem posicionadas deveria ser factor suficiente para lhe garantir um emprego administrativo, algures na burocracia local.

Estas sérias críticas sociais são formuladas através do recurso à ironia e ao ridículo, o que torna o impacto do texto extremamente agressivo para os visados. Por isso Francisco João da Costa foi hostilizado pela população descendente, que se revia nestas críticas por muito que não o quisesse admitir, mas bem acolhido pelas castas convertidas que se sentiam marginalizadas em relação ao poder local (recordemos que *O Ultramar* representava o ponto de vista dos brâmanes de Goa).

Tendo em conta o conjunto de traços patéticos das personagens de *Jacob e Dulce* podemos concluir que no seio destas famílias privilegiadas ninguém faz nada de válido, mas todos referem constantemente os feitos dos seus antepassados; que as pessoas não cuidam muito da formação do seu carácter, do seu projecto de vida ou mesmo da sua higiene, mas no seu ciclo de relações sociais têm imenso cuidado com as roupas e a aparência; ninguém é rico, mas todos se apresentam como alguém que vivem apenas um mau momento na longa história desafogada da família; todos imitam as modas europeias para se afirmarem

como povo civilizado. As questões mais amplas que estes traços caricaturais afloram prendem-se com o obsessivo refúgio no passado histórico para evitar o confronto com a decadência do presente, estratégia que, em termos de mentalidade colectiva, era comum a Portugal e às colónias no conturbado século XIX tal como argumenta eficazmente Margarida Calafate Ribeiro no seu extenso e convincente estudo *Uma história de regressos* (2004). Ao mesmo tempo, a metáfora recorrente em relação à desadequação da moda europeia à verdadeira personalidade das personagens que as usam representa o desfasamento de uma identidade colectiva lusófila, copiada de uma outra sociedade que nada tem a ver com as reais condições de vida da sociedade local. Por outras palavras, aos olhos de Francisco João da Costa, o indiano não deve ter vergonha de ser quem é, nem deve despersonalizando-se pela absoluta assimilação de modas e hábitos ocidentais. Algum bom-senso, alguma maturidade e um articulado projecto de vida fariam toda a diferença para destrinçar o que se deve copiar de Portugal/Europa e o que se deve recuperar e manter da cultura indiana.

A resistência de Francisco João da Costa a uma assimilação lusófila não é no entanto matéria suficiente para reclamar uma consciência pós-colonial neste autor. Francisco Luís Gomes, escrevendo trinta anos mais cedo, está bem mais perto dessa postura, até por ser um político profissional habituado a ver a evolução das sociedades em função de objectivos e reformas. Mas é Gip, o subversivo Francisco João da Costa, o primeiro autor a quebrar a reverência para com a influência cultural portuguesa, de uma forma frontal a que Luís Gomes não se atreveu. Se atentarmos no sucesso de *Jacob e Dulce* (1896) poderemos igualmente afirmar que Gip terá sido um agitador de consciências com um impacto que o elegante romance *Os brahmanes* não teve.

Desta forma concluiria este estudo da prosa indo-portuguesa do século XIX nas margens de uma consciência pós-colonial, um pensamento que ainda não se materializa em termos da idealização de uma Goa sem Portugal (que será o que o pós-colonial significa numa fase de pré-independência), embora já se encontrem vários sinais de resistência à perpetuação de uma auto-imagem colonial de Goa, que consente o estatuto de sociedade dependente, e que se revê nos discursos que a inferiorizam em termos raciais.

Notas

¹ No século xx, a literatura pós-colonial enquanto literatura comprometida assumiu ramificações várias no contexto das pós-independências, como por exemplo, a articulação de resistência à globalização, a afirmação de comunidades emigrantes no ocidente, a recuperação/reconstituição de culturas locais e a denúncia de aspectos disfuncionais nas sociedades em desenvolvimento.

² Inicialmente, um folhetim podia ser um ensaio científico ou um estudo literário, publicado em partes, em diferentes números de um jornal. O folhetim, no sentido de texto narrativo igualmente publicado em episódios, começou a ser publicado em França, no século XVIII, e foi popularizado por autores como Eugénie Sue, Alexandre Dumas ou Ponson du Terrail. Os folhetins captaram um público vasto, o que foi muito importante para criar hábitos de leitura nas camadas populares. Em Portugal, o folhetim foi cultivado por escritores como Camilo Castelo Branco e Julio Dinis.

³ Ver o artigo “Fatais enganos: A entropia dos discursos coloniais e seus preconceitos paralisantes.” *O poder das narrativas as narrativas do poder*. Braga: Universidade do Minho, 2007.

⁴ Pelos colaboradores Sócrates da Costa e António Ferreira Martins.

⁵ Na *Ilustração goana*, o primeiro “Bosquejo literário” foi sobre a França, e menciona Stael, Chateaubriand, Lamartine e Victor Hugo. A segunda rubrica da secção “Bosquejo literário” é sobre o Reino Unido, e refere Byron, Walter Scott, Pope, Thomas Moore, Robert Wilson e Ann Radcliff. O terceiro e último “Bosquejo” é sobre a literatura de Itália e inclui referências Monti, Leopardi, Manzoni, Silvio Pellico, Hugo Foscolo, Giacometti, Rossetti e Torquato Tasso.

⁶ As outras biografias publicada na *Ilustração goana* são sobre Joaquim Mourão Garcez Palha, Mariano Rocha, Padre António Dias Conceição, Luíz Caetano de Menezes e Francisco Luís Gomes, um dos autores a tratar mais tarde neste artigo.

⁷ Existem mais dois volumes intitulados *O gabinete literário das Fontainhas*, um de 1850 (volume IV) e outro de 1852 (volume V), mas estes dois volumes já não têm nada a ver com o mensário que deu origem a uma antologia de três volumes (I, II, III). Os dois últimos volumes foram editados exclusivamente por Felipe Nery Xavier, que neles organizou duas compilações de documentos administrativos.

⁸ Uma primeira tradução para inglês do romance *Os brahmanes* (1866) foi publicada em série nas páginas do jornal *O Anglo-Lusitano*, durante 1889. O responsável por esta primeira tradução foi Joseph da Silva. Esta primeira tradução foi revista pelo prof. Armando de Menezes para a publicação na antologia comemorativa de 1929, que reúne os seus mais notáveis trabalhos em língua inglesa. De sublinhar também a existência de um estudo histórico sobre o Marquês de Pombal realizado por Francisco Luís Gomes, e incluído nos seus *Selected Works* de 1929. Ver Armando Correia, org. *Francisco Luís Gomes, Selected Works. The Francisco Luís Gomes Centenary Committee*. Bombay: Sanij Vartman Press, 1929. Print.

⁹ Robert tem também uma pequena filha, Helen, que está a ser criada em Inglaterra. A existência desta filha reforça mais uma vez a dependência de Robert em relação a esta herança para garantir estabilidade e conforto à criança (*Os brahmanes*).

Obras citadas

Armando, Correia, org. *Francisco Luís Gomes, Selected Works. The Francisco Luís Gomes Centenary Committee*. Bombay: Sanij Vartman Press, 1929. Print.

Bassnett, Susan, and Harish Trivedi. “Of Colonies, Cannibals and Vernaculars.” *Post-colonial Translation: Theory and Practice*. London: Routledge 1999: 1-19. Print.

Costa, Francisco João da (Gip). *Jacob e Dulce. Scenas da vida indiana*. Pangim, Goa: Tipografia

- Sadananda, [1896] 1974. Impresso.
- Cunha, António Maria da. "A evolução do jornalismo na Índia Portuguesa." *A Índia Portuguesa*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1923. Impresso.
- Devi, Vimala, e Manuel de Seabra. *A literatura indo-portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1971. Impresso.
- Gomes, Francisco Luís. *Os brahmanes*. Lisboa: Typografia da Gazeta de Portugal, 1866. Impresso.
- Gonçalves, J., org. *Ilustração goana*. Margão: Typografia do Ultramar, 1864-1866. Impresso.
- Gracias, Ismael. *A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1880. Impresso.
- Noa, Francisco. *Literatura moçambicana: Memória e conflito*. Maputo: Livraria Universitária, 1997. Impresso.
- Rangel, Jaime. *A imprensa em Goa*. Bastorá, Goa: Tipografia Rangel, 1956. Impresso.
- Ribeiro, Margarida Calafate. *Uma história de regressos*. Porto: Afrontamento, 2004. Impresso.
- Xavier, Filipe Nery, org. *Gabinete literário das Fontainhas*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1846-1852. Impresso.

Joana Passos é doutorada pela Universidade de Utrecht, Holanda, em literatura pós-colonial e estudos feministas. Desenvolveu o seu projecto de pós-doutoramento no Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho. É investigadora auxiliar neste mesmo centro de Excelência desde Julho 2009. Tem vários artigos publicados nas áreas de estudos feministas, literaturas africanas de expressão portuguesa e literatura indiana de língua inglesa. E-mail: jpassos@ilch.uminho.pt